



A conquista do outro: descobrir, conquistar, amar, conhecer¹...

João Felipe Barbosa Borges

Resumo: A partir da leitura do romance *O conquistador*, publicado em 1990, pelo escritor português Almeida Faria, busco, neste artigo, perscrutar aquilo que Tzvetan Todorov (2003) chamará “a questão do outro”, que não será relativa aqui à conquista da América, apesar de o romance recuperar, pelo diálogo com a história portuguesa, um universo tão imperialista quanto (das guerras empreendidas no norte de África pelo rei D. Sebastião); tratará, outrossim, da conquista do outro, em especial do corpo feminino, sugerindo que o caminho para a conquista e o conhecimento, não está na guerra, mas no amor.

Palavras-chave: Literatura Portuguesa Contemporânea; Almeida Faria; *O conquistador*; Alteridade; Amor.

Abstract: From the reading of the novel *O conquistador*, published in 1990, by the Portuguese writer Almeida Faria, I seek, in this article, to examine what Tzvetan Todorov (2003) will call “the question of the other”, which will not be relative to the conquest of America, although the novel recovered by a dialogue with Portuguese history a similarly imperialist universe (of the wars waged in North Africa by King Sebastian). The question will be, furthermore, about the conquest of the other, especially the female body, suggesting that the road to conquest and knowledge is not in war but in love.

Keywords: Contemporary Portuguese Literature; Almeida Faria; *O conquistador*; Alterity; Love.

1 Introdução

Sem me atribuir, nem por sombras, o talento de narradores como Camões, e antes dele, Homero, ou mesmo Heródoto, e bem consciente de que este meu artigo, que é também minha narrativa, não despertará nem de longe o desejo de *Odisseias*, lusitanas ou gregas, gostaria de pedir auxílio a uma musa que me possa valer. Talvez, para o contexto em que se insere este estudo me fosse conveniente Palas Atena, a deusa da sabedoria, da lógica, do raciocínio. Mas pela insistência da conquista amorosa, das relações com o outro, que o romance estudado

¹ Faço aqui referência à sequência de títulos dos capítulos do livro *A conquista da América: a questão do outro*, de Todorov (2003), adotando, porém, uma outra ordem, para sugerir a formulação do amor como método de construir conhecimento.

indícia, prefiro antes invocar auxílio à Afrodite. Porque esta, leitor – devo adiantar-lhe –, é uma história que se constitui sobretudo de conquistas, como o próprio título do romance, aliás – *O conquistador* (doravante *OC*), do escritor português Almeida Faria – deixa sugerir. E é também uma história da conquista, da “descoberta que o eu faz do outro”, “assunto imenso”, nas palavras de Todorov (1993, p. 01), e que nesse caso, embora não seja a conquista de uma América, ou mesmo de um continente, não deixa de retomar – e questionar – uma conquista tão imperialista quanto. Dentro, afinal, desse “eu descobridor”, habita, pois, um outro, pertencente, como se verá, a um outro tempo, a uma outra época, a uma outra história.

Explico-me: é que nesse romance, o que está em jogo, no “esfolar o fole enquanto é jovem”, no “amolar a mola enquanto pode” (FARIA, 1962, p. 30), não é só o encontro com a mulher (em verdade mesmo, essa ideia de conquista relacionada ao corpo feminino é algo que só vamos descobrindo a passos lentos...), é também o encontro com o mundo – cultural, político, histórico, mítico –, e é, amorosamente, um encontro de histórias – a ficcional e a que se pretende real. É que através do narrador protagonista Sebastião de Castro, o qual isolado na ermida da Peninha, inicia um relato memorialístico e reflexivo sobre os acontecimentos que marcaram sua vida, o romance de Almeida Faria coloca lado a lado diferentes modelos de tempo e de História: num primeiro momento, através do nosso Sebastião de Castro, é resgatado um passado longínquo, o reinado e a vida de D. Sebastião, rei português entre os anos de 1557 e 1578; mas, contiguamente, é resgatado um passado recente, entre os anos de 1954 e 1978, trazido à tona pelas memórias de Sebastião que, enquanto narrador-personagem, durante sete meses e percorrendo o corpo de sete mulheres, escreve sua história.

“*El numero siete*”, afinal, “*es muy importante*” (FARIA, 1993, p. 39), representa o número da criação, da diferenciação entre aquilo que outrora nada, assumiu existência concreta (CHEVALIER; GHEERBRANT, 2001), o número do mito, enfim, que tão pessoana e portuguesmente eternizou-se tudo. E é por meio do mito que, nessa obra, Almeida Faria lembrará a História duplamente: tanto pela paródia com o astuto rei, quanto pelo presente, o qual ironicamente se insere no período circundante da ditadura salazarista e da Revolução dos Cravos. Dessa forma, igualmente duplas – e por que não múltiplas? –, são as incursões que o romance faz no terreno da historiografia, não para reiterar os fatos, ou sim, às vezes até reiterando os fatos, e, todavia, propondo novas perspectivas. Do título, *OC*, somos transplantados para uma realidade outra, para um ego outro, em que o sujeito ficcional se entrecruza ao sujeito histórico, estranho e igual: D. Sebastião, esperado mesmo antes de nascer, e mais ainda após seu desaparecimento no episódio traumático da batalha de Alcácer Quibir. Sabemos que Portugal, desde sua formação enquanto Estado, temia a reintegração à

Castela, ameaça sempre eminente. O nascimento de D. Sebastião, então, em 1554, dias antes da prematura morte do pai, D. João, e sob rumores de que o avô teria autorizado, na falta de herdeiro legítimo, a passagem do trono para a infanta D. Maria e os filhos de seu casamento com o primo Filipe II, de Castela, representou a esperança de um varão que parecia confirmar a eleição divina do Quinto Império Português.

Eleição, aliás, ao que parece, levada a cabo pelo rei e pelos seus educadores. Vale ressaltar o documento das Cortes que determinava “que El- Rey Nosso Senhor, tanto que fosse de nove annos, se tirasse dantre mulheres e se entregasse aos homens” para preparar-se para a arte da guerra. E ao assumir o trono, em 1568, será o próprio El-Rei a declarar: “Trabalharey por dilatar a Fé de Christo, para que se convertão todos os infieis”, além de demonstrar suas inclinações guerreiras para “Conquistar e povoar Índia, Brasil, Angola e Mina”².

Nesse sentido, torna-se extremamente produtivo, para o tema de que quero tratar, o aproveitamento que Almeida Faria faz do mito, do grande mito nacional: primeiro, porque além de trazer o outro para a constituição do próprio eu, dialoga com um período que aliou o sonho marítimo-lusitano da conquista às crísticas cruzadas, que acabavam por fortalecer a imagem imperialista do rei guerreiro-medieval, em seu navio-cavalo sempre disposto a lutar em nome de Deus, eliminando a diferença; segundo, porque dialoga com uma espera constante, que desde o desaparecimento do rei na Batalha de Alcácer Quibir, em 1578, todas as vezes em que o seu nobre país se vê sob situações adversas, é aguardado, na certeza da terra eleita, para restabelecer a honra e a glória deste pequeno e curto Quinto Império aquém-mar; e, por fim, terceiro, porque o nascimento que lograra a D. Sebastião o codinome de Desejado, aliado às histórias relativas à sua misoginia e sexualidade, contrapostos a seu empenho em preparar-se para a arte da guerra, revela-se como um prato cheio para aquilo que poderíamos chamar um romance de formação sexual, que tem a ver com esse “gozo que daria (e deu) gozar” do “prazer de contradizer, de reagir a tudo que é solene, consensual, dogmático, autoritário” (FARIA, [s.d.], p. 11)³, que tem a ver com um horizonte em que não só o passado é tema de reflexão, como o próprio ato de narrar em si, o próprio ato de amar em si, algo que fica cada vez mais claro, na medida em que, na leitura do romance, insinua-se seu poder de sedução.

² In: HERMANN, J. **No reino do Desejado**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998, p. 82.

³ In: SACCO, M. Entrevista com Almeida Faria, de Marcello Sacco. **Letras & Letras**. Braga, p. 1-15. [s.d.]. Disponível em: <alfarrabio.di.uminho.pt/vercial/letras/entrevistafaria.pdf>. Acesso em: 30/05/2018.

Utilizei propositalmente este vocábulo: sedução, do latim *seducere*, no sentido de desencaminhar, desviar da direção, porque é um desencaminhamento que se nos apresenta neste *Conquistador*: um desvio da direção da (oficial) História, um desvio dos domínios da violência imperialista e da guerra – sempre santa, no caso português –, um desvio rumo ao outro, um desvio rumo ao amor, desvio livre, travessia de um outro caminho, de uma outra realidade, que, no entanto, na sua estratégia de conquista – da mulher, da pátria, da palavra, do leitor –, no seu jogo sexual de esconder e achar, não deixa de render tributos a uma velha História. Eis que, assim, somos convocados também nós a acreditar, como Sebastião, quando menino o acreditou, que não poderia ser outra coisa senão a reencarnação do rei, pois tal qual a insegurança que marcava o país, quatro séculos antes, que reafirmaria a queda do reino nas mãos de Castela, novamente a insegurança se fazia valer: pelos fantasmas da ditadura e pelas guerras coloniais em África, provocando um forte desejo de um messias salvador. E sob uma “escuridão de estanho esfumado que avançara dos lados do Norte de África” (FARIA, 1993, p. 13), sob o início de uma união primordial e fundante da História Portuguesa, nos deixaremos seduzir e enganar. Embarquemos, então, no começo, na recorrente expansão marítima, nos recorrentes encontros entre a Terra e o Mar que este *OC* introduz.

2 Uma História de histórias: o outro que logo sou

Terra: lugar de partida; lugar de chegada. Eis o que pressupõe ao instinto materno associar. Mar: não menos lugar de partida, não mais lugar de chegada; mas ainda assim, na essência de seu elemento fundamental – a água – sempre fecundante: “toda água é um leite” (BACHELARD, 1998, p. 121). O *locus amoenus*: o Cabo da Roca – tão ocidental – ali, onde a camoniana terra se acaba e o mar principia...

Apresento-vos, assim, leitor, o coito seminal: sêmen será a tempestade que, do mar, sob uma “escuridão de estanho esfumado avançara dos lados do Norte de África” (FARIA, 1993, p. 13); o Cabo da Roca, a ponta mais ocidental do continente europeu, a terra-mulher a cujo óvulo este sêmen irá penetrar. Em uma palavra, fecundação: Sebastião Correia de Castro, que tal como Adão, surgira ele próprio do barro – não sem propósito, junção de terra e água. Em duas palavras: fecundação, que não é só a da personagem, mas também da escrita, a de sua escrita; a deste/neste/sobre este chão de escrita, chão de terra, chão estável, chão da História? E desta/nesta/sobre esta água de escrita, água descrita, in(cont)estável, mar da ficção? “Água de escrita é uma imagem, uma metáfora do tempo que quando dita em voz alta,

desdobra-se em dois cursos: *água de escrita* (a que está em curso, substantivo presente) e *água descrita* (a que está em curso acabado, em forma de particípio passado)” (SILVEIRA, 1990, p. 97). Águas de prazer, águas de masturbação: uma, tempo de memória, sebastianista, de dominação – a expansão marítimo-territorial (que torna tão presente o coito seminal) –; outra, a dominação outra, tempo em decurso, salazarista, menos sebastianista? De qualquer modo, o tempo em curso (presente se escrito?) atualiza o tempo descrito. São tempos de Filho, são terras do Filho, e é sob este que nossa história (por que não História?) irá se conjugar.

Mas quê?! Como um nascimento assim tão sexual, assim tão humano, pode guardar semelhanças com o do Filho primordial? Ora, é da sexualização inumana de que tratamos aqui: a união de elementos naturais nada mais é que o nosso anúncio angelical, o nosso Gabriel mítico e sagrado, que sublima o carnal e afasta o pecado da tão casta Lusitânia... Porque “naquela derradeira madrugada do signo de Capricórnio” (FARIA, 1993, p. 14), do ano de 1954, quatro séculos após o nascimento do Desejado, não fora como fruto do amor de João de Castro e Joana Correia de Castro, que este Sebastião da ficção viera à luz, mas do amor entre aquela terra-mãe que em “uns uivos surdos, curtos, seguidos”, “era um ventre de grávida percorrido pelos abalos que antecedem o parto”, e aquele mar-pai, que através de sua tão falocêntrica “cobra-marinha” guardava-lhe, “metido em um ovo”, sob proteção (FARIA, 1993, p. 12-13).

Mas não se ria, leitor, pelo menos não ainda, que essa aversão à relação sexual – abertura ao outro – é sublimada – pela luta! – na continuidade de uma história de pescador... O pescador João de Castro, que “com a lança que lhe servia para espetar os polvos entre as rochas”, cortou “a cabeçorra diabólica” daquela “cobra-marinha” que protegia Sebastião, conquistando o direito à sua posse. E verdade verdadeira, esta sua. Com testemunhas presenciais: “um cavaleiro maneta, mestre equestre, que para ali ia montar acompanhado pelos seus três peões de brega, recrutados entre os mais aparvalhados das aldeias” (FARIA, 1993, p. 11).

Que original! Repetindo os passos de seus predecessores, também aqui faz-se valer a sublimação do amor. Melhor dizendo: repetindo os passos de seus predecessores, também aqui faz-se valer a subvenção do amor: quanta habilidade, quanta ironia, quanto intertexto faz sentir esta história (não só) fariana, em que uma cobra-marinha com cabeçorra diabólica – D. Sebastião, D. Afonso Henriques, Mestre de Avis, que me ajudem! – é morta por uma (pequena) lança de espetar polvos. Polvos gigantes seriam? Ou é a cabeçorra que não seria tão diabólica assim? Mas poderíamos nós colocar em xeque a validade do relato? Em que pese o

tom de galhofa que tão logo se evidencia, pesa mais a afetividade em relação a uma imagem singular: “a idade contemporânea do português-marinheiro d’outrora” (SILVEIRA, 1990, p. 101). Decerto, eram testemunhas aparvalhadas, lideradas por um cavaleiro maneta, pendentes, portanto, ao grotesco que dessacraliza; contudo, não nos enganemos, que o grotesco parece estar associado não só ao estranhamento que rebaixa, mas à beleza que provém da proposição de um outro devir. E, cá para nós, como “pobres, filhos de pobres”, herdeiros que somos de uma “tão genial fórmula de identificação mítica com uma sensibilidade nacional filha e herdeira de séculos de pobreza verdadeira, cristãmente vivida como regenerante espiritualmente, para cobrir com ela” – se me permitem a intromissão – “os privilégios exorbitantes e a impunidade mandante de uma classe” (LOURENÇO, 1992, p. 55) a que não só Salazar, mas todos nós, brasileiros e portugueses servimos, creditados estarão, pelo princípio de identificação, este cavaleiro maneta e estes aparvalhados – pela própria natureza, destinados, como sofrendores na terra, a um espaço na barca que conduz ao Paraíso.

E vá lá... Não nos esqueçamos: na nossa história, é a avó de Sebastião, Catarina – “e as avós nunca mentem” (FARIA, 1993, p. 11) – a grande articuladora da fantástica narrativa de seu nascimento – não em vão aquela que carrega a responsabilidade pela abertura mítica que já a criação septiana se fazia valer –, e, todavia, ou quem sabe por isso mesmo, aquela que carrega em si, pela voz da experiência, as emblemáticas figuras do “camponês sedentário” e do “marinheiro comerciante” (BENJAMIN, 1987, p. 200), figuras por excelência matriciais. Não nego que, no seu contexto, mais do primeiro que do segundo... No entanto, ainda assim, como aquela que mesmo sem viajar pelos mares nunca d’antes navegados, mesmo sem sair de seu país, na “imaginação que perde o pé à realidade” (FARIA, 1993, p. 16), conhecia suas histórias e tradições; e oh, enfim, grandes mestres e sábios!, vozes da experiência, vozes de Deus, como contrariar-lhes a (autor)idade? “A narrativa tecida na substância da existência”, já dizia Benjamin (1987, p. 200), “tem um nome: sabedoria”.

A história contada pela avó Catarina dialoga, dessa forma, com toda uma História costumeiramente contada a partir da importância de Portugal na aventura ultramarina e na consolidação decisiva da expansão europeia. Singrar os oceanos e as camonianas águas nunca d’antes navegadas, afinal, era perigoso demais diante das infindas “cobras marinhas com cabeçorras diabólicas”, diante do risco de apocalípticas tempestades, naufrágios, e de toda sorte de superstições. Razão pela qual a “lança de espetar polvos” com que se cortam diabólicas cabeçorras de monstros marítimos, é, para além do símbolo da vitória, da conquista de novos povos, novas terras, da descoberta de novos mundos que revolucionou a ciência náutica – e por que não o mundo(?), dando origem ao primeiro processo de globalização em

larga escala –, o arauto de uma história especial e sagrada do reino português, de conquistas quase inexplicáveis empreendidas por um país tão pequeno e de um povo tão reduzido. Isto poderia, então, indicar a confirmação da vontade de Deus de fazer de Portugal sua morada, no seu navio alado, destinado a levar a verdadeira fé aos quatro cantos do mundo.

Paradoxalmente, na verdade, essa ênfase naquilo que, à primeira vista, pode parecer um narcisismo pátrio é o que vincula o Sebastião ficcional e o Sebastião histórico num sentido mais material: Sebastião viera ao mundo sob uma tempestade apocalíptica cujos ventos vieram do Norte de África (de Alcácer Quibir?); a terra parecia um ventre de grávida nos momentos que antecedem ao parto; ele viera ao mundo em 20 de janeiro, mesma data de nascimento de D. Sebastião, de quem herdara não só o nome, mas todos os nomes, e em grau e parentesco: avós Catarinas, Joões e Joanas de Castro. Herdara inclusive um corpo, que, fisicamente, o destoava tanto de seus pais – “morenos, altos, de feições e narizes compridos” (FARIA, 1993, p. 16), enquanto ele, como D. Sebastião, tinha “os olhos amendoados, os cabelos alourados, a cara oval, o beijo belfo dos descendentes de Carlos V, os dedos delicados, o tronco curto, desproporcionado em relação aos membros compridos demais” (FARIA, 1993, p. 71). E como esquecer os seis dedos no pé direito e a misoginia que acometera o rei e também nosso Sebastião? Detalhes íntimos, minúcia histórica... A pouca diferença, talvez, estivesse no tamanho excepcional de seu pênis – o do ficcional –, uma vez que o rei histórico, se o teve, de nada lhe servira: a misoginia, com efeito, lograra-lhe mais sucesso que ao outro, e das Histórias, vigora a de sua castidade. Mas ainda assim um corpo, tronco e origem, “o antigo pertencimento a um grupo – de sangue, de tradição, de ligação entre aqueles da mesma altura ou da mesma baixeza” (FOUCAULT, 1996, p. 20).

E as dissimulações farianas para nos fazer participar do mito não param por aí. Porque desde o princípio, já a partir da ilustração de capa do romance (Figura 1), afirma-se o empreendimento guerreiro e desbravador de sua conquista, ligando a sua história individual ao começo das conquistas portuguesas no ultramar. Não à toa é que Sebastião é representado simbolicamente com a cruz das cruzadas no peito, coroado por uma esfera armilar – predestinado? –, a unir os dois hemisférios do mundo em suas mãos – típico de uma confederação planetária unida pelo pequeno, mas providencial, povo português.



Fig. 1 – Ilustração de capa - Mário Botas (FARIA, 1993, [s. p.])

E nessa tentativa de sutil convencimento, até o pequeno *ready-made* colocado sobre o berço do (duplo) infante, ao qual Sebastião devia as “viagens por mares imaginários, sobrevoados por peixes voadores e percorridos por extravagantes bichos” (FARIA, 1993, p. 25), servem-lhe para criar, diante de nós, uma realidade de mares e conquistas, tão naturais à História sebástica. Aliás, os sonhos de Sebastião não eram outra coisa senão sonhos de guerras e turbantes, de mouras perseguições. As brincadeiras, sempre condicionadas à nobreza: brincar de falar várias línguas, papear com duques, condes, marqueses, brincar de ser nobre, de ser o que não se é. Vários outros exemplos, a estes, ainda poderiam ser arrolados, como o do igualmente mítico surgimento de sua voz, que não por acaso se dá próximo ao Pentecostes, e o da Ave branca – Espírito Santo? –, diferente de tudo o que seus pais já haviam visto, e que sobrevoara a casa materna na mesma ocasião do aparecimento de sua voz. Semelhanças e eventos estes, todos fontes de dúvidas e questionamentos do Sebastião ficcional acerca de si.

Mas se a ficção, primeiramente, nos conduz a participar do mito, fantasiando a reencarnação do rei pelo reforço das semelhanças que o personagem Sebastião traz com o oficial, não tarda a instabilidade. Já dizia o ditado: tempo bom a declarar-se rapidamente vai-se embora facilmente... Assim, se inicialmente a situação das semelhanças faz com que nos preparemos para a luta, para a batalha do presente em que se insere o Sebastião das letras, que

é a Revolução dos Cravos – até porque é unânime na historiografia portuguesa apontar as violentas práticas desportivas do rei como uma característica de seu empenho em preparar-se para a arte da guerra –, em seguida, a ficção dessacraliza magistralmente a História por um reforço na diferença. Porque se o rei D. Sebastião era dedicado às artes bélicas, tão naturais da brava gente lusitana, e havia seguido à risca a recomendação das Cortes para “que El- Rey Nosso Senhor, tanto que fosse de nove annos, se tirasse dantre mulheres e se entreguasse aos homens”⁴, o Sebastião da ficção era dedicado aos “fluidos e eflúvios, calores e tremores” (FARIA, 1993, p. 47) do corpo feminino. Seus interesses incidiam menos sobre conquistas de terras que de mulheres. E estas são as únicas conquistas que poderemos encontrar no romance, as amorosas, com a ressalva da conquista do leitor, que é explícita pelo poder de sedução que a obra assume sobre nós (mas que, em todo caso, não deixa de ser também uma conquista amorosa).

De todo modo, se na herança do corpo primeiro no qual o desejo que de nada carece, resguarda-se tanto quanto possível dos prazeres carnavais – Misoginia estampada! Invenção de espanhol?⁵ –, no Sebastião de papel, o prazer é o único meio para reencontrar-se num processo que o transborda. É uma reterritorialização (DELEUZE; GUATTARI, 1997), que não é só de um espaço, mas também de um corpo, que se reterritorializa na própria desterritorialização: trata-se aqui de um processo no qual o corpo é destituído de sua função primordial, descola-se de seu tronco, de sua origem, e tende a tornar-se simples suporte. É como a terra para o nômade, de que nos falam Deleuze e Guattari (1997, p. 53), “que se desterritorializa ela mesma, de modo que o nômade aí encontra um território. A terra deixa de ser terra, e tende a tornar-se simples solo ou suporte”. É o corpo-suporte, de que nos fala Foucault (1996), que, enquanto superfície discursiva, faz com que as relações de proveniência, como relações de poder que o são, sejam também compostas de lutas, desvios, entrecruzamento das relações de poder. E é uma arena em miniatura que o corpo de Sebastião reproduz, onde lutam valores e tempos contraditórios.

Escusado estará Sebastião nesse sentido. Não segue, pois, o tronco casto daquele que o precedeu, e tampouco o de seus pais adotivos – portugueses que só, também atualizações daqueles que, reis, antes deles, supostamente eram tão castos... O tronco do Sebastião das letras é o tronco outro, “o sacro páthos, a tuba, a gaita, a flauta, a trombeta, o trombone, o

⁴ In: HERMANN, J. **No reino do Desejado**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998, p. 82.

⁵ Jacqueline Hermann (1998) destaca que a maior parte da história do reinado de D. Sebastião, incluindo os documentos relativos à sua misoginia (pouco vantajosa para a imagem do rei e de seu país), se baseia em documentos espanhóis, sobretudo nas correspondências entre os embaixadores castelhanos em Portugal e o soberano espanhol.

bacamarte, o taco, a verga, o cacete, o aparelho, a pica, a peça, a alfaia, o bastão, o pau barbado, o príncipe valente [...], o amigo certo, para o qual não há hipérbole à altura dos seus méritos” (FARIA, 1993, p. 125-126). Então “*Trabalharey por dilatar a Fé de Christo, para que se convertão todos os infiéis*”⁶? Não! “[Trabalharei para que se converta] a péssima reputação do sexo masculino, que não pode gabar-se de um único santo que se desse a todas as mulheres, como a todos os homens se deram Santa Maria Madalena ou Santa Maria Egipciaca” (FARIA, 1993, p. 111) – eis a religião de Sebastião: “amai-vos e multiplicai-vos como eu vos amei”. Melhor dizendo: “Tomai e comei, este é o meu corpo, tomai e bebei, este é o meu sangue” (FARIA, 1993, p. 47). Essas serão as palavras de ordem deste Sebastião, que no seu percurso de formação sexual vem completar a tarefa da qual o rei, por misoginia, questões políticas, educacionais ou simples aversão, não pôde deleitar-se. Doce ironia da repetição... que não é apenas atualização; é igualmente ofício que, com tal intensidade a que o rei devotara a guerra (se a História verdade for...), devotara também Sebastião, no percurso pelos corpos outros, ao amor. O imaginário da ficção fariana, assim, ao mesmo tempo em que retoma o passado ao abordar eventos e personagens históricos, o parodia e o subverte. Almeida Faria apresenta-nos uma “verdade”, respaldada no tom confessional do relato, para, pouco depois, subvertê-la, quando não negar-lha-nos com um piparote, através do riso.

Com isso, a imagem que outrora era de cavaleiros que em alto-mar comandavam seus “navios-cavalos” na conquista de territórios, algo que na epopeia lusitana é como um incidente inevitável – e na literatura, algo como uma pré-condição textual –, não encontra mais lugar. E a indevassável imagem cede lugar à dúvida: como é que conhecemos o passado? O que podemos conhecer? A identidade portuguesa, antes de cavaleira, emergindo do texto como marca de uma textualidade definitivamente histórica e carregada de favores e intenções por parte daqueles que ao longo do tempo a construíram, pela reterritorialização do corpo de Sebastião, vê-se como fiel escudeira de uma verdade que toda vida tentou tapar de si: a verdade do amor. O que não é em si, notem bem, uma traição aos acontecimentos reais, mas um acordo que ora negando, ora afirmando, o vínculo com o mundo real, conduz o leitor ao questionamento das (afetivas) versões admitidas pela História.

As verdades que se cristalizaram, dessa forma, vão sendo pouco a pouco desconstruídas nas páginas de Faria, a começar pela referência ao mar – motivo de honra e glória da nação. Porque se foi do mar que veio esse Sebastião de Castro e todas as fantasias e histórias de seu surgimento, é igualmente nas ondas do mar que essas “verdades” se

⁶ In: HERMANN, J. **No reino do Desejado**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998, p. 82.

desfazem, com todas as suas testemunhas aparvalhadas e documentos comprobatórios. A consciência de Sebastião é, então, revelada: se, na infância, acreditou cegamente na história da avó – *e as avós nunca mentem* –, agora, prestes a completar vinte e quatro anos, mais do que nunca, tem a consciência de que “a verdade pode surgir da mentira repetida” (FARIA, 1993, p. 18). Daí, talvez, surja a força deste anti-herói fariano, que ao desestabilizar o terreno de verdades, com os pés no chão aparente firme, nos conduz à tão esperada (apenas pelo leitor) Revolução dos Cravos, para nos mostrar que de água se conduz seu chão... E se de desavisados que somos, desde o título buscamos no romance os acontecimentos da Revolução, a grande batalha que concederia a Sebastião o título de conquistador, mais uma vez eles nos são negados com um piparote, pois o narrador foge de Portugal para escapar da convocação à guerra nas colônias africanas – demasiado evidente –, mas foge também a um processo libertário que viria a Revolução instaurar... Sua missão, “se a tinha”, afinal, “não se compadecia com guerras sem sentido” (FARIA, 1993, p. 111).

Com isso, as referências à ditadura salazarista e à Revolução dos Cravos são extremamente exíguas, e o que encontramos é um silêncio quase brutal em relação aos problemas do contexto português desse período, ainda mais se considerarmos que o narrador somente retorna a Portugal quando baixados os ânimos da Revolução. As poucas referências que temos ou são de forma indireta, através de evocações da hipocrisia dos preceitos e sentimentos em voga:

Precisava de melhorar os truques conducentes à retenção seminal, nesses tempos difíceis em que o medo, os preconceitos, a clandestinidade da pílula, a vergonha das camisinhas, o policiamento do confessional e da província me tornavam as tardes ainda mais esforçadas do que se fosse às aulas (FARIA, 1993, p. 59),

ou só aparecem quando estritamente necessárias, quando, por exemplo, a convocação às guerras coloniais em África é mencionada como uma das causas de deixar Portugal:

Calhavam optimamente as férias parisienses, visto que em breve completaria vinte anos, o que significava ir às sortes, ser apurado para todo o serviço e enlatado num avião ou num paquete para “defender as Províncias Ultramarinas” contra a insurreição dos povos colonizados, “instigados por uma campanha de intoxicação internacional”. Alcides e o primo porfiavam em mentalizar-me a “aceitar a minha obrigação”, ainda que o Império que pretendiam fosse o do Santo Espírito. Eu, porém, por natural pacifismo, não estava disposto a matar inocentes, a perder mil e muitos dias e quem sabe se a vida (FARIA, 1993, p. 111).

Contudo, é justamente no silêncio e através dele que a história contada por Almeida Faria encontra de forma magistral a oficial: onde estão, nos manuais de História Portuguesa desse período, os mandos e desmandos de Salazar? Onde estão as histórias dos retornados de

África, dos movimentos contra a ditadura, das guerras coloniais? E quanto às prisões, torturas e assassinatos empreendidos pela PIDE, Polícia Internacional e de Defesa do Estado? Os horrores do campo de concentração de Tarrafal, em Cabo Verde, ainda hoje desconhecidos e inimagináveis? Não menos castradoras – parece – foram também a Legião Portuguesa, que, em seus mais de vinte mil membros, destinava-se a defender e zelar pelo patrimônio espiritual da Nação, e a Mocidade Portuguesa, de inscrição obrigatória para os estudantes dos ensinos primário e secundário, destinada a incutir na juventude os valores nacionalistas e morais do Estado Novo. Eu poderia citar ainda a FNAT (Federação Nacional para a Alegria no Trabalho), que controlou o tempo livre dos trabalhadores com atividades “recreativas” e “educativas”, e o Secretariado da Propaganda Nacional, que divulgava a orientação oficial à cultura e às artes.

Mas o que os excertos citados acima deixam entrever, pelos preconceitos, pela clandestinidade da pílula, pela vergonha das camisinhas, e de forma ainda mais evidente, pela fala de Alcides de Carvalho, instado a conduzir Sebastião na defesa das “Províncias Ultramarinas contra a insurreição dos povos colonizados instigados por uma campanha de intoxicação internacional”, é uma surpreendente estratégia de propaganda governamental, de um investimento mais sutil, que não tem sempre a forma de “controle-repressão”, mas de “controle-estimulação” (FOUCAULT, 1996, p. 147), que ao elevar o sujeito à condição, ele também, de defensor da honra lusitana, ao promover as grandiosas celebrações históricas que, sabemos, encontra eco perfeito em um país cujo lema “Tudo pela Nação, nada contra a Nação”, sempre muito agradou, faz dos sujeitos a superfície feliz (e velada) de disciplinamento e controle, o corpo, ainda que inconscientemente, irradiador dos valores estéticos, ideológicos e morais modelares do Estado Novo. Nesse sentido, o ato rebelde de Sebastião, que negligencia os acontecimentos, o ingresso na luta a favor de Portugal nas guerras coloniais, e, em verdade mesmo, a própria Revolução dos Cravos (apesar da pouca probabilidade de alguém que fosse a reencarnação de D. Sebastião, lutar contra os ideais do Estado Novo) — condiciona, a partir daí, uma leitura descomprometida com o que até então estava estabelecido, textualmente estabelecido, no imaginário português, acerca de sua identidade. A atitude subversiva de Sebastião, atitude, aliás, bem questionável a alguém que poderia ser a reencarnação do rei, por excelência, guerreiro, aponta para um repensar histórico no qual o fato não passa de uma construção imaginária de reescrita do passado sobre um presente no qual pulsa uma outra e nova História. Uma nova História diferente do governo

ditatorial, que sob pretensões de garantir a honra e a crística moral lusitana⁷, fez questão de eliminar tudo e todos que tivessem uma ideologia que, na sua existência, ferisse o uno ideário do Estado Novo. E a violência salazarista para com os contrários ao regime – convenhamos – não foi menos comparável à imperialista “violência geográfica por meio do qual praticamente todo o espaço do mundo foi explorado, mapeado e, por fim, submetido a controle pelos povos colonizadores” (SAID, 1995, p. 284).

Ao negar a luta, então, Sebastião insere um conflito muito mais profundo do que a primeira vista parece, pois não é só a desmitificação de uma imagem cavaleira e guerreira que instaura, mas também e, sobretudo, o prazer de manter-se voluntariamente descavaleiro e ausente de uma guerra e de uma História, da qual tinha a plena consciência de que seria, caso se integrasse a ela, apenas mais um “cu de Judas”, uma peça, um peão de uma guerra travada em gabinete. E como bom português que era, Sebastião tinha a mais pura certeza de que embora seu povo sonhasse ser cavaleiro, não eram nem peões. Verdade é que a crise em que se encontrava o país não conduziria a outro caminho que não fosse o de deixá-lo, pois em cada indivíduo pulsava a certeza de que em terras portuguesas era preciso sair para ser, tal como D. Sebastião, ou mesmo Pessoa, o fizeram; a certeza de que é preciso ser andante para ser cavaleiro. A partir daí ele precisa buscar de alguma forma encontrar sua identidade.

Em meio a tantas inseguranças, a busca do sentido e da razão pela qual se vive marca o Sebastião ficcional, que foge para Paris fractado entre a antivocação para belicismos e o desejo de descobrir a si mesmo. E é esse desejo que o leva a voltar as “costas ao mundo, demasiado vasto para a [sua] fadiga” (FARIA, 1993, p. 123), para repensar a sua identidade. Nesse ponto, aquilo que Eduardo Lourenço disse a respeito dos heróis de *Cavaleiro andante*, também ao herói protagonista d’OC se aplica. Segundo sublinha Lourenço (1987, p. 9), “os heróis de *Cavaleiro andante* – em particular aquele que é o seu herói epónimo, André – são heróis perdidos em busca de um Graal mais perdido ainda”. Também Sebastião, à semelhança de André, ao realizar suas andanças entre o Cabo da Roca, onde nasceu, Lisboa e Paris – já dignamente Europa em relação a um Portugal mais latino-africano que europeu –, cumpre sua função de cavaleiro andante em busca de um Graal mais perdido ainda, que não é, como nas lendas arturianas, o cálice do sangue de Cristo, único objeto capaz de devolver a paz ao reino de Artur; é, em outra instância, o cálice que contém o sangue do próprio eu, e, por extensão, o sangue português. Ambos são cavaleiros em busca de uma identidade coletiva que há muito

⁷ Lembremos que, em 1940, Salazar assinou a Concordata entre a Santa Sé e a República Portuguesa, que atribuíu a unicidade de direitos à Igreja Católica da isenção de impostos e, sobretudo, do ensino nas escolas públicas visando à propagação de sua fé.

se perdeu. Mas são de fato cavaleiros os que renegam a pátria? São de fato cavaleiros os que fogem para outras terras, preferindo o amor à guerra, à luta em defesa do país? Ah, nobres cavalheiros, o código de cavalaria o diz: com amor e emoção não se vence batalhas (pelo menos não de amor ao sexo oposto). Pobre Sebastião, portanto, que na sua passividade diante da guerra encontra a imagem recalcada da nação...

3 Uma História de amor: sinto, logo existo

Não, não nos apressemos, porque o amor aqui é estratégia ambígua e encerra uma contradição irresoluta: destrona a personagem de qualquer atitude heroica, uma vez que esta abdica dos interesses da nação em favor dos interesses individuais; e, contudo, entrona a personagem por uma empresa heroica: é, pois, um modo de afirmar a sua liberdade individual diante do interesse coletivo da nação; é, pois, um modo de afirmar a sua liberdade individual diante do interesse coletivo da História. É o seu vômito contra a sociedade repressiva, que não é só política, salazarista, mas também discursiva, historiográfica – a lição bakhtiniana: as palavras em um sintagma apenas escondem a repressão a outras que, num eixo paradigmático, o falante escolheu. O efeito irônico: ao *tânatos-poder* da repressão, da palavra ou da História, investe-se o *biopoder* (FOUCAULT, 1999) pela esfera do que remete ao corporal: o sexo enquanto escolha da vida.

Atentemos, porém, ao indefinido da luta. O complexo donjuanesco da personagem apenas esconde a dupla eminência de morte: a primeira, da palavra, das palavras de um conquistador que embora palavroso com as mulheres “se arrisca à tatibitate” (FARIA, 1993, p. 28); a segunda, do próprio sexo enquanto ato que origina a vida, que no caso de Sebastião é mais princípio de prazer que instinto de criação. No entanto, “a mútua procura do prazer e do prazer de dar prazer (FARIA, 1993, p. 69)”, que não lhe “permitiria dedicar a uma mulher apenas, e nunca em regime exclusivo” (FARIA, 1993, p. 17), enquanto não cedente a uma instituição, é por isso mesmo mais *bio* ainda: é no corpo vivo que se goza afinal... O conhecimento que se amplia juntamente com o percurso sobre o corpo das mulheres com quem se relaciona é o conhecimento do amor como episódios intensos, curtos, impactantes, desencadeados pela experiência de curta duração – vigorantes tempos de amor líquido! Algo que não poderia ser diferente.

Tentativas de superar essa dualidade, de abrandar o obstinado e domar o turbulento, de tornar prognosticável o incognoscível e de acorrentar o nômade – tudo isso soa como um dobre de

finados para o amor. Eros não quer sobreviver à dualidade. Quando se trata de amor, posse, poder, fusão e desencanto são os Quatro Cavaleiros do Apocalipse (BAUMAN, 2004, p. 22).

O percurso amoroso, portanto, não deve compreender uma atitude adquirida em sua forma acabada, o que seria reiterar no corpo de Sebastião os mesmos dispositivos que agiram sobre o Sebastião histórico como instrumentos de disciplinamento e controle, dispositivos não só das Cortes, da Educação Jesuítica, mas também da História, que condicionou ao longo do tempo a imagem que em torno dele se construiu. O gozo da personagem da ficção, então, deve gozar da liberdade de poder ser construído ao sabor do desejo daquele que o sente. Só assim, o amor pode revelar a aprendizagem do percurso: por se tratar, no romance, de uma experiência que se concretiza, através do sexo, pela descoberta do outro e do próprio corpo, o sexo pode ser interpretado como um lugar de descoberta do ser e de luta contra o aparato repressivo de quem os corpos são apenas superfícies das vozes das instituições:

Aí passei o resto das férias, engatando, brincando, propondo os meus serviços, arranjando pretextos para mexer nos esquivos pudores das meninas, colegas de escola e respectivas amigas, num harém em potência se não fossem as instituições colectivistas do “grupo” e da família, as omnívoras víboras dos parentes, directos, colaterais e por afinidade em vários graus. Dificílimo iludir esses atentos irmãos e pais e primos, tios, avós e outros mais, sem esquecer eventuais madrinhas e padrinhos, sequiosos de indícios de imoralidade (FARIA, 1993, p. 51).

Como endossa Bataille (1987, p. 41), o erotismo é “a energia que impele o corpo a um comportamento não-racional e não-reprimido, de onde sai o grito do indivíduo contra as sociedades repressivas”. As experiências sexuais de Sebastião, destarte, deslocadas de seu sentido puramente carnal, afinal é ele mesmo quem diz não querer ser “o simples gozador, o engatado preocupado com a satisfação da sua vaidade, o sedutor de lábia fácil” (FARIA, 1993, p. 126), são relidas como uma espécie de combate contra o órgão repressor salazarista, simbolicamente representado pelas instituições sociais.

Assim é que, se outrora, o Sebastião histórico representou uma cultura que no encontro com o outro, diferente de si, buscou eliminar a diferença, renomeando, reabilitando, reivindicando um território que não era a o seu, para esse Sebastião ficcional, a escolha pela descoberta do corpo do outro, nas palavras de Deleuze e Guattari (1997), “território móvel”, não se dará pela eliminação do outro, da diferença do outro (como quisera a ditadura salazarista repetir). É justamente esse o fantasma e o alvo de combate que se insere nas próprias relações que nos são narradas: com a liliputiana reformada do circo, Dora Bela (quem, visitando o Farol, desperta, no segundo aniversário do herói, o precoce órgão sexual de Sebastião, ao balouçá-lo junto ao corpo para lhe ninar); com Amélia, a colega da primeira classe, pela qual era instigado, a caminho da escola, descobrir-lhe as diferenças do corpo; com

Justina, a professora da terceira classe, responsável por sua iniciação na vida sexual; e até com Helena, a brasileira com quem se relacionou durante sua estadia em Paris, e quem o inseriu numa sociedade de mulheres que reivindicavam, para além de uma companhia masculina em jantares, visitas a museus, galerias, eventos, aquilo que, antes de pecado, era vocação original de Sebastião: a *Société por l'usage convenable des hommes* (SUCH). A crítica, em todas estas relações, será a qualquer forma centralizadora e coercitiva, baseada em essencialismos culturais que na verdade não reproduzem menos as características binárias e excludentes do pensamento imperialista (a ideia é de Said [1995]). Com Dora Bela, o amor que se constrói só é destituído de sua pureza – contudo, erótica – quando o marido, enquanto figura representante da instituição patriarcal de repressão, nota que os dotes do garoto se arrefeciam com as carícias da mulher, e nunca mais aparece, negando a Sebastião o direito ao prazer. De modo semelhante, é apenas quando a pequena Amélia toca, sem querer, o órgão sexual do jovem conquistador – atribuindo ao amor puro e infantil uma conotação sexual –, que a vergonha e a pudícia – herança da família? – minam a alegria dos passeios com Sebastião. Com Helena não é diferente: é pela condição imposta pela SUCH de que Sebastião não dormisse mais na casa de Helena, por considerá-lo como instrumento de uso coletivo, que de órgão liberal, a sociedade passa a órgão repressor. É também quando Sebastião age com violência com Justina, torcendo-lhe o braço de modo a obrigá-la à imobilidade, ainda que para se proteger de suas agressões – demasiado nervosa por vê-lo com outra –, que ela nunca mais o recebe em sua casa nem lhe fala às aulas.

Talvez as únicas que escapem a essa ótica de opressões sejam Julieta e Clara. A primeira, esposa do professor de História Gabriel Gago de Carvalho, vulgo Dr. Gago, porque decerto não amava, e porque usada, pois, para chamar atenção a um marido historiador, que notadamente marcado pelo instinto nacionalista-salazarista, para quem a História Portuguesa transformava-se em floreadas conquistas, além de fanático, paquidérmico e autoritário, era marcado pelo estigma do marido traído, o que viria a exagerar ainda mais o tom caricato e depreciativo que lhe é atribuído. A segunda, a norte-americana que fora a Portugal descobrir sobre suas origens e sobre si, porque ensinou a Sebastião que o amor extrapola o corpo, a carne, porque, como a que Sebastião nunca tirara da memória, fez parte de um processo de autodescoberta conjunta, em que o prazer libertou-os ambos das amarras repressivas das instituições:

Clara libertou-se dos freios com que ela mesma se prendera. A mútua procura do prazer, e do prazer de dar prazer, foi-se tornando para nós um fim em si. E ambos acabámos recebendo muito mais do que demos. [...]. De repente percebemos que a paixão nos caíra em cima,

ensinando-nos muito mais sobre nós mesmos que todas as reflexões metafísicas (FARIA, 1993, p. 69).

Mas há de se notar que, mesmo aí, embora não seja motivo da separação entre Sebastião e Clara, o olhar repressor aparece, e vem dos caseiros – diga-se de passagem, portugueses – da casa onde Clara se hospedava, “receosos de que a filha seguisse os maus exemplos” da estrangeira, que “não tinha vergonha alguma” (FARIA, 1993, p. 69). É a insatisfação e a inquietude de Sebastião perante às “instituições colectivistas, aos atentos irmãos e pais e primos, tios, avós e outros mais”, aos caseiros, ou até à própria consciência social repressora implantada na consciência individual das personagens, que possibilita o resgate de um país dominado pelo falo salazarista, o resgate de um tempo e de um espaço que muito embora, escritural e historicamente, se pretendessem indefinidos, sem sujeito, eram marcados, conscientemente ou não, pelo falo ditador de Salazar. Dessa sorte, é no plano sexual que a procura do Graal é insinuada e vivenciada pela personagem, que busca o seu próprio caminho, o autoconhecimento, pois o sexo e o amor podem ensinar, como aprendera com Clara, muito mais que “todas as reflexões metafísicas”. É nesse sentido que, por exemplo, na imagem que antecede o capítulo final do romance, o tamanho excepcional de seu pênis, aclamado nos momentos iniciais do livro como motivo de honra, perde espaço e já não se evidencia como antes, não é proeminente e tampouco ganha destaque, pois a cama, para ele, no percurso de sua formação sexual, guarda para além do “*lectus genialis* dos romanos”, também o “*lectus lucubratorius*” (FARIA, 1993, p. 64), espaço de estudo, caminho da aprendizagem.

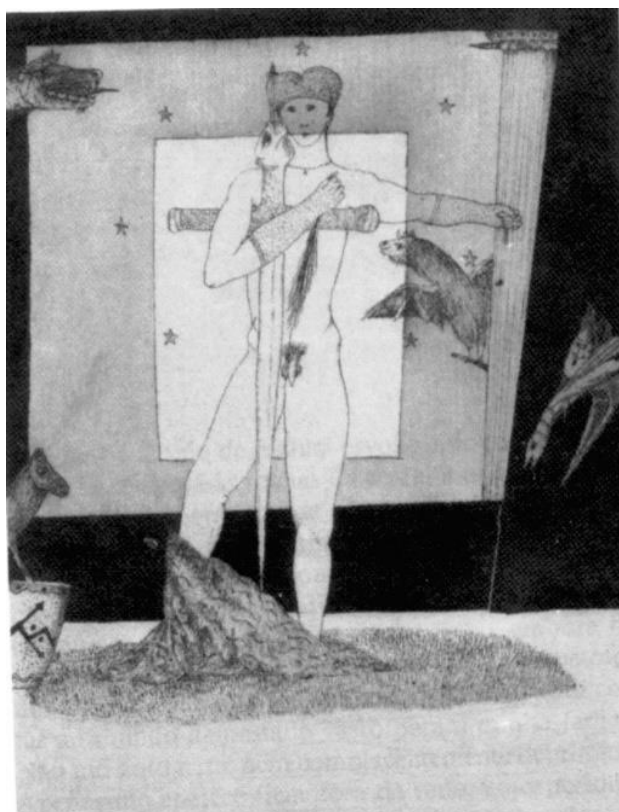


Fig. 2 – Ilustração do último capítulo - Mário Botas (FARIA, 1993, p. 121)

A sua empreitada, portanto, não é simplesmente um rito de passagem de um nível etário a outro; mas um processo iniciático que muito pode ensinar sobre si mesmo e seu clã. Ribeiro (2005), em um estudo sobre a presença do feminino no romance de aprendizagem do século XX, destaca a importância da interação com a mulher na descoberta de si. Em contraste com as figuras matriciais, a autora coloca que as mulheres com as quais o iniciado se relaciona sentimentalmente são essenciais em seu processo autoformativo, destacando-se sobretudo em três momentos da aventura narrativa: a “partida”, que é quando o herói inicia seu percurso de aprendizagem; a “iniciação”, momento em que o herói é instruído nas tradições míticas e nos costumes sociais do clã, tornando-se apto ao amadurecimento; e por fim, o “amor justo”, enquanto momento de conjunção dos corpos e dos corações, que conduz ao autoconhecimento.

Em um primeiro momento, podemos identificar como ponto partida, a liliputiana Dora Bela, “meio soprano de um metro”, a que trouxera pela primeira vez os “dotes” de Sebastião “à luz do dia”. É ela quem ocupa não só o papel da impulsão sexual a que o nosso herói irá se dedicar mais tarde, como o do seio mantenedor, muito mais que o de Joana de Castro, mãe de Sebastião (pouco mencionada, aliás): para além das “volúpias que aumentavam assim que ela se debruçava por cima” de Sebastião e das “mudanças nada desagradáveis” que em seu corpo

se operavam, os “erectivos feitiços da sua Bela” faziam-no sentir-se bem sempre que ela lhe “embalava em movimentos semelhantes às ondas da Adraga” – o que não lhe “enjoava nada, pelo contrário!” (FARIA, 1993, p. 26).

Na passagem para o segundo nível, o panorama é outro. Passa-se, pois, do relacionamento ainda infantil – embora erótico – com Dora Bela e, pouco tempo depois, com a jovem Amélia, para o relacionamento com Justina, não sem propósito professora do garoto. Justina, assim, será mestra em duplo sentido, uma vez que também será a responsável por sua iniciação sexual:

[...] Retardando e travando se eu me precipitava, obrigando-me a voltar ao princípio sempre que a minha beijoquice deixava a desejar, Justina instigava-me a melhorar o teor do meu trabalho. Até que as fintas a fatigaram e, quando eu já julgava perdida a partida, ela mostrou-se disposta a consentir. Nesse instante ouvi um silvo, e da árvore saiu uma horrenda cabeça de homem com bigode e corpo de serpente. Pronto, pensei, estou tramado. Afinal o meu confessor tinha razão. Deus vê tudo, até a minha mão na coxa da mestra.

Justina não se intimidou, como se estivesse habituada às aparições e máscaras maléficas. Fechei os olhos, rezei um padre-nosso e, despachado o “não nos deixeis cair em tentação mas nos livrai-nos do Mal, ámen”, a medo espreitei a árvore. O bicho-careta enrolou-se sobre si mesmo à maneira untuosa dos répteis, e desandou de vez (FARIA, 1993, p. 46).

No que diz respeito ao papel de Justina, sua manifestação é ambígua: se de um lado, ela é um ser passivo, funcionando como um objeto que Sebastião tem de conquistar para sua maturação, de outro, ela representa o poder da carne, ameaçando a inocência do jovem ainda inexperiente. E aí de nós, aquela “horrenda cabeça de homem com bigode e corpo de serpente”. Ele realmente vê tudo, até as mãos de Sebastião “entre as coxas da mestra”. Justina, contudo, em seu papel de iniciadora, parece ter cumprido sua missão. Nada como um padre-nosso, afinal, na Santa tradição portuguesa, para, “despachado o ‘não nos deixei cair em tentação mas nos livrai-nos do Mal, amém’”, despachar também “o bicho-careta” que “desandou de vez”.

E, por fim, no encontro com Clara, nos deparamos com o estágio do amor justo, em que a conjunção entre corpos e corações conduz ao conhecimento. Alçar âncora da Ilha dos Amores? Não. Alçar âncora da ilha de um gozo fálico, puramente sexual, orgânico, e zarpar a um gozo outro, o Gozo do corpo do outro, de que nos fala Lacan (1985), ou seja, um gozo sem o limite do falo como significante: o sujeito só tem consciência de si a partir do outro. É nesse sentido que na passagem dos relacionamentos iniciais com Dora Bela, Amélia e Justina, ao relacionamento com Clara, percebe-se o deslocamento de um gozo estritamente carnal. Assim, a aprendizagem de Sebastião não será só aquela que em ofício tem de esmerar para

atingir enfim “a retenção seminal”, ou reduzir em “paciência, prudência e sacrifícios para se chegar às calcinhas!” (FARIA, 1993, p. 59). Clara ratifica, pois, um rito de passagem, e se Justina consolidou a morte de sua infância, Clara consolidará o *bio* poder do amor: deixar-se contaminar pelo gozo outro, deixar-se contaminar pela verdade do outro.

Não sem propósito é que a maioria das mulheres com quem Sebastião se relaciona são marcadas pela alteridade: Dora Bela, a que trouxera pela primeira vez seus “dotes à luz do dia” é a liliputiana, que juntamente com o marido D. Rodrigo, ambos “reformados do circo” transformam a vida “em paródia diária” (FARIA, 1993, p. 26). Justina, à semelhança de Sebastião, ressemantiza a Santa Justina que lhe precedeu. Clara é a estudante americana – a colonização outra? – que fora a Portugal pesquisar sobre suas origens judaicas. E Helena, a brasileira, a mística brasileira de quem o místico conhecimento dos astros levava Sebastião a questionar, “meio incrédulo meio assustado”, sobre a verdade das “mensagens cifradas nos sinais mais banais, que interpretam acenos do Céu” (FARIA, 1993, p. 108). Infectas não só no corpo, por anomalias ou laços de sangue, estas quatro personagens se ligam ao Mal: se a Justina divina (Justina histórica?) era a que “resistira às desonestas propostas e às ameaças de um certo Mago Cipriano que a queria desonrar” (FARIA, 1993, p. 43), de virtude tão forte que o Mago se convertera à fé católica; à Justina fariana cabe a conversão contrária, a conversão do corpo, que era também a sua religião: “Mas eu não sou santa nenhuma, que é que tu julgas?” (FARIA, 1993, p. 44). Ao judeu (que Clara traz no sangue), desde o *Auto da barca do inferno* vicentino, claro está. Diz o diabo: “Vós, judeu, ireis à toa, que sois mui ruim pessoa” (VICENTE, 1997, p. 47). Mas igualmente malvados são o misticismo de Helena (vidência? Bruxaria? Basta referenciar a Inquisição) e o riso, paródia da vida diária dos liliputianos: “as burlas e o riso”, afinal, “não provêm de Deus, mas são uma emanção do diabo”, sendo o dever do cristão “conservar uma seriedade constante, o arrependimento e dor em expiação dos seus pecados” (BAKHTIN, 1993, p. 63).

Ah... O corpo feminino como meta da ação... Faço aqui minha *mea culpa* pela repetição: “Querida aliás salvar a péssima reputação do sexo masculino, que não pode gabar-se de um único santo que se desse a todas as mulheres, como a todos os homens se deram Santa Maria Madalena ou Santa Maria Egípcíaca” (FARIA, 1993, p. 111). Eis o que não é só a religião de Sebastião. A inversão paródica é também a inversão do “fulgor da ausência”, que descortina o recalque (mais um): não a que, como para Lacan (1985), marca a falta anatômica da mulher, mas a ausência do masculino de ação, que se pode eximir-se com Deus, se pode eximir-se do Mal – o pecado é de Eva’s! –, igualmente ridiculariza sua presença ativa e anatômica perante a História. Se ao fulgor da ausência – da feminina –, então, correspondeu a

ausência outra: da História, da voz da História – castigo de Deus por suas transgressões? –, “tomai todos e comei” deste corpo feminino! É, pois, “preferencial a companhia delas a ter que aturar as bazófias, balelas e verdades eternas dos representantes do meu [do seu, do nosso masculino] sexo” (FARIA, 1993, p. 127). Forma de cumplicidade com o outro, forma de narcisismo através da cumplicidade com o outro: ausência de dogmas, de ortodoxias, de verdades eternas, é apenas uma forma de afirmar sua originalidade ao dizer o que os outros ainda não disseram; mas – quem disse que todo narcisismo é ruim? – é também um caminho, um descaminho, no percurso da alteridade, a uma concepção de saber não totalitária, não hegemônica, não centralizadora.

O ato sexual, neste processo, é uma ação importante, senão central para se chegar à verdade do outro, à verdade outra:

[...] o acto sexual, que implica penetração, respectivamente, entrada num, e abertura do espaço interno, é vivido pelos dois parceiros como ocupação deste espaço por um lado, e por outro, como qualquer coisa que tem a ver com o que se poderia chamar um fluxo de almas por contacto, por contágio e multiplicação de intensidades. Não é só biologicamente que o desejo está vocacionado a visar o interior do corpo: é também porque ali se transformam os espaços (neste caso: o espaço objetivo do corpo do outro, visto do exterior), e que se pode ver emergir e encontrar o espaço da alma (GIL, 1997, p. 153).

Um rasgo na transformação de Sebastião... A visada do interior. O interior enquanto o avesso, a subjetividade do interior em detrimento da objetividade exterior, em uma palavra: um fluxo de almas por contato... Mas o que poderíamos chamar de casamento, por assim dizer, ao contrário do da avó Catarina, era carregado de História e, portanto, se a inversa é verdadeira, “ou seja, [in]feliz” (FARIA, 1993, p. 16). O modo mais próximo de atingir o interior do outro se dá – o podemos afirmar – no sexo. O problema é que estar em outra parte quer dizer também: “estou só e estou contigo, em um nem sei onde é que é sempre aqui. Contigo e aqui: quem és tu, quem sou eu, onde estamos quando estamos aqui?” (PAZ, 2005, p. 107). A vingança do amor – que não é só contra o “trépido e asséptico ensino” português (FARIA, 1993, p. 57), mas contra o próprio percurso da aprendizagem amorosa. A promessa de se aprender a arte de amar, falsa promessa, diga-se, é apenas disfarce de uma impossibilidade, tão recorrente e cara – não menos sincera por isso – às poéticas de estofos romântico: a intraduzibilidade, a indizibilidade mesma, do interior, indevassável, indecifrável.

A súbita abundância das conquistas amorosas, assim, pode até alimentar a esperança da aprendizagem. O que aprendemos, afinal? “Ler é hábito”, “Escrever é hábito”, por que não o seria, então, “amar”? A habilidade aumenta com a prática e a assiduidade do exercício, via treino, via ofício, via experiência, não é mesmo? Retomemos, para o exemplificar, os

benjaminianos narradores (nem tão exemplares assim): “o camponês sedentário” e o “marinheiro comerciante”, para os quais a voz da experiência é a voz de Deus. Contudo, se o hábito condiciona a fixação, a memorização, sem as quais na tabuada estaríamos perdidos, “as razões amorosas não seguem as leis da lógica” (FARIA, 1993, p. 16). Em terreno instável, caminhar do mesmo modo como caminhamos em terra pode ser fatal. Instabilidade da Revolução, instabilidade da personagem, instabilidade do próprio sentimento amoroso, que, como o mar, é sempre livre, fluido; paga o preço de não encontrar um chão. Não penso que a este Sebastião, como ao Don Giovanni de Mozart, condicione-se também o arquétipo do “impotente amoroso” ou da “exercitada incapacidade para amar”, de que nos fala Bauman (2004, p. 20), mesmo que a sua lição, como a daquele, seja “terminar rapidamente e começar do início”, e mesmo que seu caminho final seja o isolamento. Penso, outrossim, “num gosto acentuado por ser [(de)] todo mundo e ninguém, como se encarnasse o eterno masculino e não o simples indivíduo” (FARIA, 1993, p. 109); penso, outrossim, que “do aquático elemento e da combinação de água e terra” (FARIA, 1993, p. 109) deverá derivar suas ambiguidades; mas penso, sobretudo, que qualquer destas manifestações contraditórias, e a princípio “exclusivistas”, se “alternarão em ciclos”, como nos sugere o horóscopo de Helena. Em todo caso, não sou confiável, devo admitir. Talvez este conquistador tenha conquistado também a mim, e cá eu esteja procurando artifícios para defender sua invencibilidade, afinal.

E se, nesse percurso, Sebastião se aventurou pelo corpo de suas sete mulheres, na opção pela reclusão, descubro um corpo outro, o oitavo, que compõe a mítica aventura: o corpo do leitor, o meu próprio corpo. A pergunta que não quer calar: minha paixão corrompe meu objeto? Deixemos em suspenso. De todo modo, resta ainda o corpo sétimo, ponto último das andanças: Portugal. De fato, talvez o leitor, se afeito aos números e à lógica, estivesse a sentir falta deste sétimo corpo, que encerra o ciclo mítico e ao mesmo tempo recomeça o ciclo mítico do romance, e talvez não concorde muito com esta linha de interpretação. Talvez julgue adequado considerar a sétima mulher, Catarina, a que o neto deixa a sugestão de um relacionamento além do de avó e neto, destes que unem certos homens e certas mulheres. Talvez a considere a oitava, ou a nona (lembramos, afinal, de Joana, mãe adotiva, mas mãe). O fato é que eu mesmo tomo consciência de que são muitos corpos a numerar. De toda forma, esta é minha história, e se julgo Portugal a sétima mulher, não é só porque insistentemente e desde os primórdios, ao longo da História (aliás das duas, da oficial e da romanesca), a imagem da terra é associada à feminilidade, à maternidade, à fecundidade, mas também porque é um corpo sob o qual, diferentemente do de Catarina, fica a certeza do percurso.

Percurso que é igualmente narcísico, percurso que é igualmente interior. Como sujeito individual que busca conhecer-se a si mesmo passa a sujeito coletivo, que a exemplo de Portugal, passou tanto tempo olhando para o mar cantado por Camões, viajando por outras terras, mulheres e lugares, que a conquista por dentro foi ainda menor, e o conduziu, também geograficamente, ao ponto do qual partiu: o Portugal de onde, na ermida da Peninha, escreve seu relato memorialístico. E uma vez mais Sebastião encontra a Revolução, que deixa o plano histórico e se integra à sua própria condição humana: “lembre-se que uma revolução, em sentido etimológico, designa um movimento do ser sobre si mesmo – é, em princípio e contrariamente ao sentido corrente, uma forma contundente de retorno às origens” (JACOTO, 2005, p. 4). E é esse mesmo o motivo que o leva a perceber que seu “percurso por dentro ainda avançou menos” (FARIA, 1993, p. 126).

Contudo, Sebastião sabe que nada teria feito se nunca tivesse deixado aquele “Monte de Cynthia onde o vento não descansa jamais e, quando se enche de furor, brama e berra e tão potente é, que segundo os antigos peja as éguas bravas só com o seu hálito” (FARIA, 1993, p. 129). Sabe que, muito embora não tenha chegado a respostas sobre o que é, o que foi, ou mesmo do que será, “mesmo assim valeu a pena” (FARIA, 1993, p. 126). Ou em outras palavras,

sabe que o importante não é encontrar a Ilha dos Imortais, mas procurá-la. Ou escrevê-la, atravessando todos os sonhos alheios, todos os textos, toda a ficção, a começar pela que chamamos “realidade”, a alheia a nossa, única maneira de sair imaginariamente incólume do labirinto da morte onde a vida nos depôs sem pedir licença (LOURENÇO, 1987, p. 13).

O erotismo se move, dessa forma, ultrapassando o corpo feminino propriamente dito, em direção à terra: “de objecto, utensílio ou ponto de referência, a terra passou a ser uma espécie de objecto primeiro ou mesmo de sujeito irradiador” (SEIXO, 1986, p. 73). Escrever a terra, nesse sentido, faz sentir entre a História e a história que o romance conta, entre o corpo do eu e o corpo do outro, a liberdade enfim reencontrada – “liberdade de ser, de existir, e por conseguinte, também de escrever” (FARIA, 1993, p. 73).

Eis, então, a consciência reinante no projeto identitário fariano revelada: se no plano mítico da consciência coletiva, Portugal era um navio de guerra pronto para navegar em busca das conquistas imperiais, inevitáveis à brava gente lusitana, no plano literário, as conquistas são de outra ordem. E por isso mesmo, a inutilidade de Sebastião diante da luta, o seu “não há mais que fazer” em relação às batalhas revolucionárias as quais negou, acaba por constituir uma situação limite, em que sua inutilidade sugestiona precisamente uma revolução sob a qual o vermelho que cintila não é o do sangue; é o do amor, que desestrutura a ideia de

combater o outro como inimigo do eu, que desestrutura todo aparelho repressor salazarista, baseado no tãatos poder da repressão. É nesse sentido que o amor de Sebastião lhe promoverá a cavaleiro, porque lhe oferece uma nova expectativa de conduta: que em meio a suas andanças, busque o amor à vida ao invés do sacrifício crístico em nome de uma batalha inútil; que seja mais ou menos feliz, e viva a sua própria vida, em vez de servir a um sistema tão desalentador quanto o salazarista o foi. Esta talvez seja a lição mais humana que Almeida Faria nos dê através desse (anti)herói: que suplantemos a guerra pelo amor. Mas a sua lição, acredito, vai mais além.

Porque embora o amor possa constituir uma temática importante, ele é, acima de tudo, o motor e o modelo de uma condição discursiva de variadas hibridações, que no seu excesso linguístico, no seu excesso erótico, permite situar o romance fora e contra a ordem repressiva que é também dos gêneros, a ordem das próprias práticas discursivas não menos imperialistas sob as quais lemos uma pretensa universalidade e distanciamento que apenas mascaram uma cicatriz que não é de Penélope, mas do grego, português, europeu, ocidental, branco, másculo e universal Ulisses. Notemos que este nosso *OC* oscilou entre duas miras de sedução: em um primeiro plano, citemos a mulher, que figurou ambigualmente durante toda a narrativa, ora sob o signo do corpo feminino propriamente dito, como mira do desejo carnal e amoroso, ora sob o signo do corpo fértil da pátria – a Terra-Mãe que traz à luz Sebastião e pela qual, incestuosamente, errará em suas andanças. Mas numa segunda interpretação, depreendemos também a palavra, que na busca do afastamento das verdades eternas do sexo masculino, se deu como a “ação clandestina da forma” (DERRIDA, 1995), ao privilegiar a sensação, a emoção, o fragmentário, ao privilegiar mesmo um discurso híbrido no pecado eviano da tentação e da luxúria, em detrimento da racionalidade, totalidade e unidade associadas a um discurso masculino. De resto, sendo a experiência da escrita apresentada como homóloga à experiência erótica, e sendo esta situada no lado do caos, da desordem e da emotividade, personagem e palavra se equivalem como práticas de transgressão e de contrapoder. Sob o prisma dessa análise, a luta que se empreende é contra uma imagem genérica de autoridade, ancestral e constante no inconsciente crístico-lusitano, em que amor e liberdade estabelecem uma relação de dependência, em que aquele não faria sentido sem esta, pois no amor é que se liberta. A relação com o feminino permite, deste modo, contradizer a imagem estereotipada de perversão na acentuada vocação amorosa de Sebastião. É pelo amor, afinal, que adquire uma consciência e aprende a ver o feminino como algo edificador; é guiado pelo corpo do outro, das mulheres, da pátria, da palavra, que adquire uma visão de si e do mundo.

O fim do romance, que pode ser considerado também como um recomeço, deixa em aberto a possibilidade de ter início um novo ciclo, que pode corresponder justamente àquilo que tentou evitar: ser o novo messias, que vem resgatar seu povo de séculos de sofrimento (a última imagem do romance, na qual Sebastião é representado na cruz, e está rodeado por quatro monstruosos animais, “como os símbolos dos Evangelistas cercam o Filho do Homem n’alguns ícones” [FARIA, 1993, p. 130], é bastante significativa a este respeito). Encontramos, então, no percurso erótico do romance, uma outra espécie de erotismo, uma outra espécie de amor: não o erotismo dos corpos, de que nos são exemplos as relações de Sebastião com Justina, Julieta e as tantas mulheres da libertina sociedade parisiense, em que o momento do encontro apenas dissimula a descontinuidade individual e é sempre um pouco no sentido de um egoísmo cínico de satisfação da necessidade; tampouco o erotismo dos corações, alcançado no relacionamento com Clara, no qual embora ambos ansiassem, na afeição mútua dos amantes, a continuidade perdida no encontro com o corpo do outro, não dizia menos de um egoísmo, ainda que voltado mais à felicidade do casal que de um ego; mas um erotismo sagrado, na acepção batailliana (BATAILLE, 1987), caminho para a transcendência. Neste caso, a ação erótica é comparável ao sacrifício religioso: a descontinuidade é quebrada pela morte ritualística do ser e pelo retorno ao divino, ao místico, tal qual o final da história nos sugere. A continuidade do ser, contudo, continua irreconhecível, inalcançável, a de um átimo de segundo; mas a experiência erótica do ser, no processo dialético da interdição e da transgressão, dá origem a um ser renovado, conferindo energia ao erotismo e à difusão do sentimento amoroso.

Nessa etapa, o erotismo encontra, para além do mito de D. Sebastião, um mito mais caro e profundo no (in)consciente lusitano: o mito de Jesus Cristo. Com a descoberta da força revolucionária da aprendizagem erótica, Sebastião, crucificado, dissemina pelo mundo a boa nova: “[A]o poder [imperialista] de observar e controlar, de reduzir e, posteriormente, reconstruir o outro como indivíduo a ser governado” e à “difusão da ideia de redenção por meio da missão civilizadora ocidental libertadora” (SAID, 1995, p. 177-178), Sebastião oferece sua difusão do amor pelo outro. O exercício literário, assim, oferece uma paixão, segundo a qual o percurso de aprendizagem é o do prazer, convidando-nos a experimentar outras realidades para além dos combates, do sofrimento, da purgação da carne para a transcendência da alma, para além do nosso próprio eu; uma realidade do outro, com o corpo do outro, uma realidade permissiva ao gozo, de um corpo pleno de volúpia e a salvo das cicatrizes. Nesse sentido, aprendemos com este nosso conquistador que amor e sexo não significam realidades alienantes ou alienadas, mas uma fonte de conhecimento capaz de

promover e despontar a reflexão, proporcionando ao leitor a abrangência de outras verdades. Descolá-los das margens do texto já significa o primeiro passo para torná-los verdades operantes e, portanto, mais reais.

Referências

- BACHELARD, G. *A água e os sonhos*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- BAKHTIN, M. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento*. São Paulo: Hucitec, 1993.
- BATAILLE, G. *O erotismo*. Porto Alegre: L&PM, 1987.
- BAUMAN, Z. *Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2004.
- BENJAMIN, W. *Obras escolhidas*. Magia e Técnica, Arte e Política. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- CHEVALIER, J.; GHEERBRANT, A. *Dicionário de símbolos*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2001.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil platôs*. Capitalismo e Esquizofrenia. Vol. 5. São Paulo: Editora 34, 1997.
- DERRIDA, J. *A escritura e a diferença*. São Paulo: Perspectiva, 1995.
- FARIA, A. *Rumor Branco*. Lisboa: Caminho, 1962.
- _____. *O conquistador*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1996.
- GIL, J. *Metamorfoses do corpo*. 2.ed. Lisboa: Relógio d'Água, 1997.
- HERMANN, J. *No reino do Desejado*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.
- JACOTO, L. *Da saga à andança solitária: A crise da autoridade na Tetralogia Lusitana de Almeida Faria*. São Paulo: Yendis, 2005.
- LACAN, J. *Seminário*. Livro 20. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.
- LOURENÇO, E. Prefácio. In: FARIA, A. *Cavaleiro Andante*. 3.ed. Lisboa: Caminho, 1987.
- _____. *O labirinto da saudade*. Psicanálise mítica do destino português. Lisboa: Dom Quixote, 1992.
- PAZ, O. *Signos em rotação*. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- RIBEIRO, A. M. S. *Aprender com as mulheres: presenças do feminino no romance de aprendizagem português do século XX*. Tese de doutoramento apresentada ao Instituto de Letras e Ciências Humanas da Universidade do Minho, Braga, 2005.

SACCO, M. Entrevista com Almeida Faria, de Marcello Sacco. *Letras & Letras*. Braga, p. 1-15. [s.d.]. Disponível em: <alfarrabio.di.uminho.pt/vercial/letras/entrevistafaria.pdf>. Acesso em: 30/05/2018.

SAID, E. W. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

SEIXO, M. A. *A palavra do romance*. Lisboa: Livros Horizonte, 1986.

SILVEIRA, J. F. A idade contemporânea do português marinho d'outrora. *Anais do Congresso da Abralic*, Literatura e Memória Cultural, Belo Horizonte, 1990.

TODOROV, T. *A conquista da América: a questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

VICENTE, G. *O auto da barca do inferno*. São Paulo: FTD, 1997.